

OUTORGA Nº 1414, DE 17 DE JUNHO DE 2020.  
Documento: 02500.028159/2020-35

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA no 26, de 8 de maio de 2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 791ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de junho de 2020, nos termos do art. 4º, inciso XII, § 3º e do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, na Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1.305, de 20 de novembro de 2015, e nos elementos constantes no Processo nº 02501.001969/2016-58 resolveu:

Art. 1º Emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos referente ao Aproveitamento Hidrelétrico Marimbondo em nome de Furnas Centrais Elétricas S.A., CNPJ nº 23.274.194/0027-58, conforme as seguintes especificações:

- I - município/UF: Fronteira, Estado de Minas Gerais, e Icem, Estado de São Paulo;
- II - nome do corpo hídrico: Grande;
- III - tipo de corpo hídrico: rio;
- IV - coordenadas geográficas: 20°18'00" de latitude sul e 49°11'00" de longitude oeste;
- V - nível d'água máximo normal a montante: 446,30;
- VI - nível d'água máximo operativo a montante: 445,21 m;
- VII - nível d'água máximo maximorum a montante: 447,36 m;
- VIII - nível d'água mínimo normal a montante: 426,00 m;
- IX - área inundada do reservatório no nível d'água de 446,30 m: 437,48 km²;
- X - volume do reservatório no nível d'água de 446,30 m: 6.150 hm³;
- XI - vazão máxima turbinada: 2.640,00 m³/s;e
- XII - finalidade: aproveitamento hidroelétrico.

§ 1º O nível d'água máximo operativo a montante de 445,21 m poderá ser afastado, podendo então o reservatório ser operado até o nível d'água máximo normal a montante de 446,30 m quando a ponte Gumercindo Penteado for alteada de forma a dar condições ao reservatório ser operado no seu nível d'água máximo normal a montante na passagem de uma cheia com tempo de recorrência de 100 anos, mantendo uma folga mínima de 50 cm abaixo da cota do tabuleiro da ponte.



§ 2º Enquanto o nível máximo operativo a montante de 445,21 m não for afastado, a operação do reservatório da UHE Marimbondo deverá respeitar a tabela a seguir, fazendo-se as interpolações para valores intermediários de vazões afluentes:

Vazão afluente (m³/s)	NA máx operativo (m)	Vazão afluente (m³/s)	NA máx operativo (m)
Até 2700*	445,21	7000	444,61
3000	445,19	8000	444,40
4000	445,10	9000	444,11
5000	444,98	10000	443,74
6000	444,83	10569	443,50

\* Situação correspondente ao período de estiagem (maio a outubro).

§ 3º A ANA poderá rever os aspectos relativos à Outorga dispostos neste ato a qualquer tempo, inclusive para proceder a atualização das vazões destinadas a usos consuntivos da água a montante e demais condições de operação do reservatório.

Art. 2º A disponibilidade hídrica para geração de energia corresponde às vazões naturais afluentes do Anexo I, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante do Anexo II, das eventuais vazões destinadas a mecanismos de transposição de peixes e de embarcações e das vazões remanescentes em eventual trecho de vazão reduzida.

Art. 3º As condições de operação do reservatório do aproveitamento hidrelétrico serão definidas e fiscalizadas pela ANA, em articulação com o Operador Nacional do Sistema – ONS.

§ 1º A Concessionária é responsável por realizar declarações de condicionantes operativas adicionais ao ONS, caso julgue necessárias, desde que não conflitantes com instrumentos regulatórios e eventuais regras complementares para a operação fixadas pelo órgão ambiental.

§ 2º A Concessionária deverá se articular com a Marinha do Brasil de forma a garantir a segurança da navegação e salvaguarda da vida humana, conforme previsto na Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

§ 3º A ANA poderá oportunamente alterar ou adicionar condições operativas em relação às condições de operação já dispostas nesta Outorga, inclusive quanto à vazão mínima defluente.

§ 4º As condições operativas estabelecidas nesta Outorga não dispensam nem substituem a obtenção pelo outorgado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, nem isenta de atendimento à responsabilidade objetiva exclusivamente imputada ao outorgado para operar o aproveitamento hidrelétrico.



Art. 4º O outorgado deverá implantar e manter estações de monitoramento e reportar os dados monitorados regularmente à ANA, conforme especificado na Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 03, de 10 de agosto de 2010.

Art. 5º O outorgado deverá cumprir o disposto na Resolução ANA nº 1.941, de 30 de outubro de 2017, no que couber.

Art. 6º O outorgado é responsável por assegurar a segurança da barragem, devendo garantir que seu projeto, construção, operação e manutenção sejam executados de acordo com o que estabelece a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e demais regulamentos emitidos pelo órgão fiscalizador da segurança da barragem.

Art. 7º São de responsabilidade exclusiva do outorgado todos os ônus, encargos e obrigações decorrentes da implantação do empreendimento relacionados à:

I - alteração das condições das outorgas emitidas pela ANA ou pelo órgão gestor de recursos hídricos estadual; e

II – manutenção das captações de água, acumulações ou lançamentos de efluentes cadastrados e/ou considerados insignificantes que ocorram nos trechos de rio correspondentes à área a ser inundada e a jusante do empreendimento e que estejam em vigor na data de início do enchimento, conforme dispõe o inciso IV do artigo 5º da Resolução CNRH nº 37, de 26 de março de 2004.

Art. 8º O direito de uso de recursos hídricos estará sujeito à cobrança, nos termos da legislação pertinente.

Art. 9º Esta Outorga vigorará até 31 de dezembro de 2042.

Art. 10. Esta Outorga entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)  
RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES



**Anexo I – Série de vazões naturais médias mensais afluentes à UHE Marimbondo (m³/s)**

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1931	3436	6758	5091	3886	2386	1767	1409	1117	1246	1165	1299	2144
1932	3544	3527	2877	1669	1310	1234	936	783	773	1025	1123	2770
1933	2512	1408	1352	1192	875	712	662	654	596	817	592	1344
1934	2293	1357	1456	949	670	559	489	418	503	551	644	2430
1935	3295	5025	3512	2856	1900	1393	1079	966	884	1547	1175	1504
1936	1457	1232	3667	2077	1432	952	774	720	914	718	1071	2547
1937	5141	3264	2309	1795	1657	1329	941	765	668	1251	1684	3961
1938	4013	3079	2718	1825	1620	1210	930	848	833	1202	1662	2887
1939	3947	4026	2069	1860	1443	1155	935	793	688	714	1051	2461
1940	4227	5586	4415	2456	1765	1304	1031	831	714	822	1732	2351
1941	3336	1980	1722	1606	943	817	785	623	925	1092	1378	2077
1942	2266	2333	3678	2444	1653	1293	1062	842	739	807	1376	2008
1943	4447	4318	3972	2347	1601	1312	1055	902	796	1139	1369	1714
1944	1859	2562	3094	1794	1217	949	794	661	579	595	945	1166
1945	1310	4021	2654	2578	1114	973	907	675	595	621	1183	2967
1946	5092	2832	3108	2414	1489	1147	1092	862	689	935	1121	1285
1947	2871	3234	6032	3139	1940	1502	1321	1044	1307	1226	1287	2357
1948	2909	3417	3486	2206	1484	1208	973	855	699	764	1175	1930
1949	2635	4026	2836	2093	1482	1025	765	626	640	677	1389	1859
1950	2889	5224	3596	2610	1849	1353	1100	865	715	947	1738	3219
1951	3400	4585	3824	2909	1813	1434	1183	995	801	823	768	1323
1952	1823	3078	4311	2499	1495	1362	1031	803	734	787	1158	1161
1953	1076	1133	1291	1788	935	775	670	560	569	628	892	1393
1954	1321	2373	1393	1205	1276	964	695	571	480	536	642	969
1955	1893	1218	1622	1357	795	729	565	492	470	539	779	1576
1956	1978	1282	2120	1165	1188	1188	818	935	715	623	827	2293
1957	2884	2796	3156	2881	1810	1327	1149	929	1206	887	1480	2306
1958	1830	3145	2589	1899	1844	1868	1314	940	1109	1191	1405	1543
1959	3470	2978	2368	2345	1466	1093	926	872	715	704	978	1507
1960	2759	3262	3620	1859	1534	1208	1047	870	678	717	1229	2321
1961	4506	5432	4787	2912	2516	1640	1297	1070	893	830	1299	1395
1962	2446	4138	3509	2095	1583	1398	1033	905	890	1342	1616	2854
1963	3808	2966	2193	1331	1070	910	816	716	609	672	967	683
1964	1861	3414	1986	1306	1179	868	760	545	453	972	1331	2150
1965	4412	5551	5225	2720	2564	1940	1772	1366	1181	1781	2147	3403
1966	5238	3870	4957	2844	2004	1436	1132	952	927	1322	2446	2714
1967	5953	5158	3736	2427	1751	1546	1260	1084	994	949	1807	2430
1968	3247	2008	2035	1268	981	851	759	767	751	859	806	2142
1969	1575	2037	1785	1083	766	778	656	643	484	875	2128	2038
1970	2638	2821	3309	1716	1207	1019	956	801	1244	1110	1532	1215
1971	1182	772	1091	942	766	867	734	584	594	981	1010	2536
1972	2660	3723	3483	2095	1379	1134	1368	1082	909	1540	2129	2256
1973	3054	2846	1914	2361	1400	1114	1031	871	750	900	1479	2521
1974	3871	2501	3001	2537	1558	1337	1134	837	659	772	800	1993
1975	2803	2834	2017	1543	1073	968	952	708	601	946	1589	2610
1976	2160	2898	3474	2747	1802	1802	1725	1567	2003	1827	2464	3747



1977	4504	4074	2530	2822	1651	1419	1070	823	1159	1002	1628	2876
1978	3851	2324	2389	1528	1425	1426	1092	785	784	925	1814	2389
1979	2762	4083	2814	1903	1706	1337	1153	1144	1421	1085	1577	2607
1980	4489	4038	2650	3119	1927	1590	1424	1052	1081	1014	1519	3259
1981	4856	3162	2409	1864	1382	1386	1050	963	725	1555	2455	4181
1982	4594	4003	5483	3593	2395	1995	1655	1375	1115	1643	1656	3551
1983	6449	7228	5798	4745	3366	4405	2732	2056	3246	3753	3929	5194
1984	4716	2989	2145	1953	1877	1275	1058	1096	1158	985	1114	2655
1985	4399	4749	4967	3124	2062	1575	1266	1067	1030	918	1403	1605
1986	3089	2721	2724	1800	1754	1188	1157	1188	851	742	807	2570
1987	3923	3841	2619	2344	1819	1547	1215	903	1095	1043	1246	2236
1988	2277	3246	3076	2046	1601	1469	1061	854	722	1098	1295	1465
1989	3202	3347	3214	1900	1362	1213	1031	1040	1011	883	1157	2254
1990	3243	1522	2391	1848	1442	1023	969	998	947	1003	839	1117
1991	3155	4484	3706	4467	2769	1686	1409	1113	948	1399	957	1688
1992	3970	5035	3078	2559	2149	1401	1271	1017	1377	1759	2407	2288
1993	2381	4212	3479	2944	1729	1636	1182	1058	1083	1207	999	1494
1994	3476	2156	2466	1892	1676	1244	1029	833	632	708	1031	1751
1995	2191	5831	3310	2558	1894	1326	1167	849	704	1256	1238	1816
1996	3885	2480	3110	2012	1551	1186	1060	895	1342	1109	2339	3174
1997	6694	4364	3104	2163	1647	1993	1350	1027	948	1041	1399	2536
1998	2226	2744	2486	1710	1472	1306	946	917	681	1134	1120	2086
1999	3670	3251	3600	1924	1354	1243	1045	750	818	595	810	1496
2000	4089	4254	3157	2088	1290	1153	1008	962	1276	726	1284	1952
2001	1927	1656	1349	1177	898	762	640	543	663	841	1107	1867
2002	2811	3971	2721	1567	1223	974	850	671	790	465	1075	1920
2003	3507	3821	2620	2034	1465	1152	1001	732	665	640	976	1786
2004	2352	3136	3245	2351	1805	1686	1294	919	691	1038	1037	2757
2005	3891	3392	2961	1855	1855	1527	1184	870	950	743	1282	2414
2006	2466	2778	2864	1856	1237	972	825	724	703	1206	1194	2641
2007	6592	5167	2637	1923	1511	1336	1174	946	610	618	1287	1577
2008	2139	3720	3606	3083	1981	1502	1113	994	800	943	1384	2322
2009	3692	4549	3126	3246	1832	1483	1345	1160	1569	1629	1517	3510
2010	3880	2998	2937	2011	1363	1172	985	706	647	993	1504	2421
2011	4831	2293	4407	2710	1749	1485	1151	929	681	977	1119	2446
2012	4472	2507	1764	1520	1457	1588	1196	769	636	621	902	1300
2013	2868	3316	2621	2357	1386	1680	1143	874	759	1102	1083	1894
2014	1218	720	864	839	579	532	483	448	330	245	500	1302

## Anexo II – Vazões destinadas aos usos consuntivos a montante

Ano	Consumo médio anual (m³/s)
2019	88,4
2020	90,7
2030	110,1
2040	130,0
2042	134,0





Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.138/GM-MD, DE 10 DE JUNHO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 1º de janeiro de 2019, em conformidade com o disposto no inciso I, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, em consonância com o contido no art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e o que consta dos Processos nºs 60240.000200/2020-13 e 60041.000470/2020-71, resolve:

APROVAR a Diretriz Ministerial nº 11/2020, de 10 de junho de 2020, que regula a continuidade do emprego das Forças Armadas, sob a coordenação deste Ministério, na "Operação Verde Brasil 2" na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal, prorrogando a sua vigência até o dia 10 de julho de 2020 e incluindo as águas interiores como área de atuação das Forças Armadas, na forma do anexo a esta Portaria.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

ANEXO

DIRETRIZ MINISTERIAL Nº 11/2020  
Brasília, 10 de junho de 2020

De acordo com o Decreto nº 10.394, de 10 de junho de 2020, o Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e XIII, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos art. 15, art. 16 e art. 16-A, da Lei Complementar nº 97, de 9 de julho de 1999, alterou o Decreto nº 10.341, de 06 de maio de 2020, que autorizou o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas águas interiores, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal, prorrogando a sua vigência até o dia 10 de julho de 2020.

Assim, com fundamento no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, decido pela continuidade da Operação Verde Brasil 2, determinada pela Diretriz nº 9, de 07 de maio de 2020, desta Pasta, com vistas ao autorizado pelo Presidente da República, com as seguintes modificações:

1. A ativação dos seguintes Comandos Operacionais, em substituição àqueles especificados pela Diretriz nº 9, de 07 de maio de 2020:

1.1 Comando Conjunto Norte (CCjN), para atuar na área de responsabilidade atribuída pelo Exército Brasileiro ao Comando Militar do Norte.

1.2 Comando Conjunto Amazônia (CCjA), para atuar na área de responsabilidade atribuída pelo Exército Brasileiro ao Comando Militar da Amazônia.

1.3 Comando Conjunto Oeste (CCjO), para atuar na área de responsabilidade atribuída pelo Exército Brasileiro ao Comando Militar do Oeste.

2. Aos Comandantes da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira:

2.1 indicar, caso necessário, representantes para comporem os Centros de Coordenação de Operações (CCOp);

2.2 adotar as medidas adequadas para que não haja solução de continuidade para as ações em andamento ou planejadas pelos Comandos Conjuntos especificados pela Diretriz nº 9, de 07 de maio de 2020;

2.3 permanecer em condições de redimensionar e disponibilizar recursos operacionais, caso julgado pertinente, aos Comandos Operacionais Ativados; e

2.4 informar as necessidades de recursos financeiros para as novas etapas da operação, em conformidade com os planejamentos dos Comandos Operacionais.

Mantêm-se em vigor todas as demais ordens emanadas pela Diretriz nº 9, de 07 de maio de 2020.

PORTARIA Nº 2.187/GM-MD, DE 18 DE JUNHO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, na qualidade de Chanceler da Ordem do Mérito da Defesa e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 4.263, de 10 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e o que consta do Processo nº 60041.000440/2020-64, resolve:

Admitir no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa:

I - no grau de Comendador:

Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União FERNANDO ANTON BASUS BISPO; e

Secretário-Adjunto de Coordenação e Governança do Patrimônio da União MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO.

II - no grau de Oficial:

Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal RENAN DIAS DA MATA.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

DESPACHO

Da análise dos autos do Processo Administrativo numero 60550.010813/2020-65 instaurado com o objetivo de apurar suposto descumprimento de clausulas constantes no Edital de Licitacao na modalidade de Pregao Eletronico Nr 58/2017, praticado pela empresa DISTREQUI DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 12.957.821/0001-08, tendo em vista o fato da mesma nao ter fornecido o material, referente as Notas de Empenho 2018NE803235, 2019NE800153 e 2019NE801127, incidindo em descumprimento total do contrato, resolvo:

Determinar a rescisao unilateral do vinculo contratual existente entre as partes, representado pelas Notas de Empenho 2018NE803235, 2019NE800153 e 2019NE801127, com fulcro no art. 77 da Lei 8.666/1993, bem como aplicar a penalidade de SUSPENSAO TEMPORARIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - HFA, pelo prazo de 4 (quatro) meses, com fulcro no item 10.2.5. do Termo de Referencia, Anexo I do Edital 58/2017 e no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993, tal punicao abrange o Ministerio da Defesa, bem como todos os orgaos a ele vinculados, em respeito ao principio da unidade administrativa no ambito do Ministerio da Defesa.

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Coronel  
Ordenador de Despesas

COMANDO DA MARINHA  
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS  
3º DISTRITO NAVAL  
HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

PORTARIA Nº 68/HNRE, DE 1º DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, em conformidade com contido na Orientação Normativa AGU nº 33/2011, resolve:

Art. 1º Que seja dada publicidade, por meio do Diário Oficial da União, aos Termos de Adesão ao Edital de Credenciamento nº 2/2019, Processo Administrativo nº 63066.003213/2019-67, deste Hospital, assinado pela Organização de Saúde Extra-Marinha abaixo especificada:

I - CLÍNICA RADIOLÓGICA LUCILO MARANHÃO LTDA.

a)CNPJ nº 11.544.848/0001-06; e

b) Valor: 100.000,00 (cem mil reais).

II - SOS- MÃO RECIFE LTDA.

a)CNPJ nº 01.291.959/0001-96; e

b)Valor: 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra (MD) CÁSSIO DE SOUZA SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS  
ÁREA DE REGULAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATO Nº 1.414, DE 17 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/05/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 791ª Reunião Ordinária, realizada em 15/06/2020, nos termos do art. 4º, inciso XII, § 3º e do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, na Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1.305, de 20/11/2015, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos à:

Furnas Centrais Elétricas S.A, rio Grande, Municípios de Fronteira/MG e Icem/SP, aproveitamento hidroelétrico (Aproveitamento Hidrelétrico Marimbondo).

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATOS DE 17 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 791ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de junho de 2020, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos ao:

Nº 1.415 - Município de Toledo, Camanducaia ou da Guardinha, Município de Toledo/MG, esgotamento sanitário.

Nº 1.416 - Companhia Siderúrgica Nacional, Paraíba do Sul, Município de Volta Redonda/RJ, Indústria.  
O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATOS DE 17 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 791ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de junho de 2020, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu:

Nº 1.417 - Revogar a outorga emitida a Manoel Domingos de Oliveira, por meio da Resolução ANA nº 1080, de 21 de setembro de 2015, publicada no DOU em 23 de setembro de 2015, seção 1, página 48, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

Nº 1.418 - Revogar a outorga emitida a Mário Martins Neto, por meio da Resolução ANA nº 768, de 18 de julho de 2016, publicada no DOU em 20 de julho de 2016, seção 1, página 43, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

Nº 1.419 - Revogar a outorga emitida a Dauro Vitório de Faria, por meio da Resolução ANA nº 1366, de 19 de novembro de 2013, publicada no DOU em 21 de novembro de 2013, seção 1, página 69, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos) e do prazo previsto na Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, Artigo 5º, Inciso II (até seis anos para conclusão do empreendimento projetado).

Nº 1.420 - Revogar a outorga emitida a Sálvio Adjuto Botelho, por meio da Resolução ANA nº 1262, de 18 de outubro de 2013, publicada no DOU em 22 de outubro de 2013, seção 1, página 76, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos) e do prazo previsto na Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, Artigo 5º, Inciso II (até seis anos para conclusão do empreendimento projetado).

Nº 1.421 - Revogar a outorga emitida a Joaquim Santana Imóveis LTDA, por meio da Resolução ANA nº 1822, de 27 de novembro de 2014, publicada no DOU em 4 de dezembro de 2014, seção 1, página 81, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

Nº 1.422 - Revogar a outorga emitida a Nelso Schroeder e Alessandro Ramos de Andrade, por meio da Resolução ANA nº 19, de 02 de janeiro de 2013, publicada no DOU em 04 de janeiro de 2012, seção 1, página 45, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos) e do prazo previsto na Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, Artigo 5º, Inciso II (até seis anos para conclusão do empreendimento projetado).

O inteiro teor das Revogações de Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152020061900007

